

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS



**DOIS ANOS
DE GOVÊRNO**

560-39592
- 4065-

EDITADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

DOIS ANOS DE GOVÊRNO

— Discurso ao povo amazonense, pronunciado a 27 de junho de 1966, ao completar-se dois anos de Administração iniciada a 27 de junho de 1964.

AmM
04/19

Manaus — Amazonas

1966

AMAZONENSES:

Há dois anos, na data de hoje, assumia o Govêrno do Amazonas, para nêle implantar os postulados visando à restauração da dignidade na administração e a criação de novas perspectivas para nossa terra, constantes do contexto dos propósitos da Revolução de 31 de Março.

Tivemos de enfrentar a irresponsabilidade de muitos, os ódios de outros, a incompreensão de vários, a insatisfação dos que vinham caminhando à margem de um processo regular de vida na órbita estadual. Foi a fase dramática, pois que não podíamos escolher entre o dever e as razões do coração. Consideramo-la etapa vencida, naquilo que, na forma dos Atos Institucionais e do corpo de leis que foi mantido, era possível promover. A correção pretendida não alcançou tôdas as áreas nem foi às raízes da grande crise que estava arrastando o País a uma situação de desventura e de desorientação que seria o fundamento da catástrofe à vista.

Dois anos decorridos, e no decorrer dos quais venho dando contas do que temos conseguido realizar no bem coletivo, preocupados na elaboração de uma nova cons-

ciência cívica e de um novo "status" espiritual e material para o Amazonas, em esforço que nos consome energias, desgasta-nos nos ímpetos e nas decisões que somos obrigados a baixar, contrariando estilos de vida, hábitos, práticas rotineiras que são elementos negativos para o progresso. É certo que, por entre a crítica e a maledicência dos que nunca fizeram qualquer coisa que não fôsse apenas a satisfação de seus próprios interesses, ou o pasto em que se abasteciam para seu bem-estar pessoal, ou só o fizeram dentro de um sentido de vida amoral, num descumprimento de obrigações para com a sociedade de que são partes negativas, quasi estranhas, sociedade de que deviam ser arredados de qualquer modo, por entre a crítica e a maledicência, somos propostos como irreverentes, a uma maneira cômoda de existir, somos uma hostilidade permanente à doçura e à comodidade irresponsável de muitos, somos tido, já se disse com certo chiste mas sem originalidade, porque o pensamento é sedição, inimigos do gênero humano. Nossa administração não teria grandeza, nossos atos não refletiriam senão primarismo de concepção de homem de Govêrno que não devia ter deixado a cátedra para vir assumir postos que deviam estar nas mãos "hábeis e ternas" dos que dilapidavam o Tesouro, amoleciam na irresponsabilidade para com a coisa pública e realizavam apenas o que lhes assegurava a popularidade das fachadas, do provisório, do imediato.

Não entendemos assim o procedimento de quem tem a responsabilidade de decidir sôbre o destino de muitos, assegurando-lhes condições novas que lhes ga-

rantam dias melhores e mais estáveis no futuro e no presente. Esse procedimento deve ser áspero, quando necessário, ameno, quando seja essa a maneira conveniente de atuar. O poder não pode ser exercido com hesitações, fraquezas, medo de agir. Quando êle nos é confiado temos de despir-nos do que nos é o prazer da vida para, no pêso do dever, decidir com energia e segurança. E nas sociedades subdesenvolvidas, como é o nosso caso, o poder em nenhum momento pode ser exercido sem muito ímpeto, sem muita firmeza, sem uma participação ativa nos processos de dinamização e de mudança. Já vos disse, amazonenses, que êsse é o nosso pensamento e a nossa maneira de conduzir a nossa terra, procedimento de que não nos arredaremos.

Nem tudo, no entanto, tem podido ser feito, como desejaríamos, haja visto o que ocorre no interior, onde não nos é dada a interferência que force governantes municipais a se integrarem nos novos tempos para bem servir aos que os escolheram e a que não servem, mas, realmente, desservem. A Revolução de 31 de Março mantêve íntegras as instituições a cuja sombra se cometeram crimes e erros. O respeito a êsse sistema legal tem impedido que a própria Revolução se realize efetivamente em muitas dessas áreas que ficaram intocáveis

Senhores, nos dias de hoje, temos condições para dizer-vos, num balanço muito rápido, o que Deus nos permitiu fazer no cumprimento dos compromissos que assumi há dois anos.

A reorganização administrativa do Estado é uma

realidade. Decretamo-la depois de devidamente elaborada por técnicos que examinaram a experiência local, corrigiram falhas, renovaram, inovaram. A reclassificação do pessoal, consequência da reforma, também se processa sob rígidos critérios em que se apuraram valores, situações, possibilidades e o interesse do serviço público. Não nos ativemos, nesse particular, a considerações de ordem puramente humanitárias. Sem ignorá-las, mas sem sentimentalismos tolos, preferimos a ordem natural do interesse maior do Estado. Cabe aqui registrar, pois que não é do conhecimento público, o que o censo do funcionalismo apurou — somam 5.170 os servidores, (78% na capital e 22% no interior) ; 58,6% dêsses servidores, são de sexo feminino e 41,4% do masculino, o salário-família é pago a 13.174 dependentes ; 4,48% do total de 2.142 funcionários do sexo masculino não são reservistas ; 110 não são eleitores ; concursados eram apenas 24,24%, o que significa que 69,56% haviam entrado pela porta fácil da livre nomeação ; apenas 3,07% tinham situação normal de trabalho, isto é, exerciam suas funções nos cargos para que haviam sido nomeados. O salário pago, sem que quem quer que fôsse houvesse levantado a voz para denunciar e exigir o tratamento imposto pela própria natureza das coisas no tocante à pessoa humana, era, realmente, salário negro, do tipo daquele que os colonizadores europeus pagavam, em média, aos trabalhadores rurais na África. Essa monstruosidade foi corrigida. Não é ainda o que teria de ser, bem o sabemos. Antes de deixar o Govêrno, espero ter recursos suficientes para a

nova correção que se impõe. É outro o quadro econômico-financeiro, através de uma política de fomento, de fiscalização, de rigorismo na arrecadação, de implantação de outra sistemática tributária que a muitos pareceu prejudicial ao Estado mas, na realidade, consulta-lhe os interesses, pondo freio ao descaminho de mercadorias, trazendo às pautas de exportação, quantitativa e qualitativamente, títulos que estavam desaparecendo como produção, e possibilitando o nosso comparecimento a outros mercados o que importou em libertação do mercado único. Planejada e executada essa mudança, criou-se "status" melhor para autorizar a política do bem-estar social e do desenvolvimento cultural. Orgulhamo-nos, nesse particular, do que está sendo realizado intensamente e há de ser o fundamento de todo o sistema de vida restaurado e engrandecido do futuro, a ser elaborado pelas gerações para as quais construímos o presente. Neguem-nos tudo, as cassandras. Não nos neguem o que nos fala ao coração mais profundamente — a obra de elaboração de nossa cultura, primeiro passo decisivo para sairmos do primarismo social e do subdesenvolvimento econômico em que nos temos afundado e vemsendo a nossa característica mais visível. A saúde física e a espiritual são a nossa preocupação constante. E os resultados são inegáveis.

Também o grande público desconhece a realidade numérica do que temos realizado no setor de Saúde Pública. Cito, de passagem, que, ao instalar-se o nosso Governo, o interior não dispunha de um só médico. Hoje, através de convênios com a FSESP, para a

execução dos quais contribuímos com recursos financeiros, o quadro é bem outro. Quatorze médicos já se encontram em 11 dos nossos municípios.

Na parte que toca, ainda, à assistência à saúde da população, e no particular do funcionalismo público e seus dependentes, recuperamos a Maternidade "Ana Nery", colocamos em funcionamento o Hospital "Getúlio Vargas" e um serviço especializado para diagnóstico e tratamento de câncer ; equipamos e abrimos o Hospital Infantil "Dr. Fajardo" e construímos e inauguramos o Centro de Saúde do IPASEA. O Hospital "Getúlio Vargas", somente no período de janeiro a 21 de junho dêste ano, atendeu, em seu ambulatório, 6.570 pessoas e deu internamento a 470 pacientes ; procedeu a 1.370 exames radiológicos, a 8.230 exames de laboratório, a 1.016 transfusões de sangue, a atendimento de 1.762 pessoas em sua clínica, a 977 cirurgias, a 165 pessoas para diagnóstico de câncer e a 41 internamentos de pacientes cancerosos, no anexo do Hospital ; o serviço dentário gratuito que percorre os bairros de Manaus deu assistência a 28.335 pessoas ; os postos médicos da Capital atenderam 20.022 pessoas ; o Departamento de Maternidade e Infância, no seu ambulatório, atendeu 13.818 crianças e o Hospital Infantil "Dr. Fajardo" internou 95 meninos e meninas ; em Manaus, a Maternidade "Ana Nery" admitiu 1.802 parturientes e lá ocorreram 1.622 nascimentos ; a Maternidade "Cunha Melo", de Itacoatiara, que também encontramos fechada, de janeiro a 21 de junho dêste ano, admitiu 151 parturientes, ocorrendo 74 nascimentos, enquanto as

consultas médicas no Hospital Misto de Itacoatiara, nesse mesmo período, somaram 1.646.

De relance, podemos balancear, no setor da Educação, nestes dois anos de Governo, a criação de três novos Ginásios, a recuperação de 38 estabelecimentos de ensino e a construção de 12 prédios novos destinados à educação da infância e da mocidade amazonenses.

No campo assistencial, já construímos 102 casas populares no Bairro da Raiz para os habitantes da extinta Cidade Flutuante e restauramos, para o seu funcionamento condigno, ampliando-as, as construções da Colônia Agro-Escolar "Melo Matos" e do Instituto "Maria Madalena".

No setor de energia elétrica inauguramos a usina de Parintins ; em setembro vamos colocar em funcionamento as Centrais Elétricas de Itacoatiara, Manacapuru e Coari e, ainda êste ano, cumprindo o cronograma da CELETRAMAZON implantaremos os sistemas energéticos de outras importantes cidades do interior.

Na execução da política rodoviária do Governo, como todos sabem, abrimos ao tráfego público a rodovia "Torquato Tapajós", ligando Manaus a Itacoatiara ; a rodovia "Araújo Lima", ligando Ponta Negra ao Tarumã ; a rodovia "Manuel Urbano", em fase de conclusão definitiva para o tráfego regular de veículos, ligando Cacau-Pirêra a Manacapuru. Está sendo atacada com o ímpeto necessário a conclusão da rodovia Humaitá-Lábrea, ligando os vales do Purus e Madeira e vamos

lançar-nos à construção da rodovia Manaus-Pôrto Velho, o que significa a ligação de Manaus com Brasília e o resto do país, construindo a sua primeira etapa no trecho de Humaitá-Porto Velho.

No setor das comunicações, que o Govêrno atual encontrou na estaca zero, com o interior ligado a Manaus, precàriamente, através das estações rádio-telegráficas do DCT, e a cidade de Manaus, tôda, clamando por um serviço telefônico que atenda ao seu crescimento populacional e econômico, podemos agora apontar, em dias não remotos, uma nova fase para as rádio-comunicações rápidas e eficientes.

Na cidade de Manaus, a inauguração do prédio para uma Central Telefônica com 20.000 terminais e dois prédios já concluídos nas cidades de Itacoatiara e Parintins, prontos para receber os equipamentos de rádio-fonia, virão pôr um fim ao insulamento em que vive o nosso interior. Até ao encerrar-se o ano corrente, esperamos colocar em pleno funcionamento as estações de rádio-comunicações de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Maués e Coari, interligando essas cidades, entre si e com Manaus e o resto do país.

Todo um vasto programa de vivência mais atuante, menos lenta, mais objetiva, e quando dizemos vivência referimo-nos a todo o complexo de criações, de atitudes, de comportamentos, de ímpetos, de fórmulas de trabalho, está em processamento decisivo. E através da política das comunicações, da melhoria material do interior, de obras públicas que se sucedem sem interrupção em

ritmo acelerado, de promoção de nossas peculiaridades e de nossas possibilidades, promoção em bases realísticas e não fantasiosas, promoção de que já resulta o nosso aparecimento na imprensa, no rádio, na televisão, no cinema, não mais sob o sensacionalismo negativo dos desregramentos ou das cenas pitorescas e prejudiciais, mas sob a preocupação do que somos, do que podemos ser, do que é preciso fazer para dar velocidade ao nosso desenvolvimento, dos deveres que a Nação tem para conosco nas medidas que se devem praticar para que, em nenhum momento, perigue a soberania brasileira e, na dinâmica dos dias que passam, tôda a região se incorpore à civilização que o continente — Brasil, oferece em capítulos que nos apresente como capazes, como eficientes, como realidade apreciável.

Temos pela frente dias incertos? Não é exato. Acreditamos na lealdade dos que assumiram compromissos não apenas com os homens mas com o futuro, com a terra amazonense, com a sua mocidade, com as suas elites, com os seus sêres sociais.



*Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra
Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmiento, 78 —
Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.*



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA